

Qualidade e Políticas Públicas na Educação 8

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

8

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 8 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 8)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-005-6

DOI 10.22533/at.ed.056181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Prática pedagógica. 4. Professores – Formação. 5. Tecnologia. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O Brasil passou nas últimas décadas por reformas educacionais importantes. Uma delas foi a iniciativa de agregar ao processo de ensino-aprendizagem a inserção de recursos tecnológicos.

Para isto a pesquisa foi relevante para que a iniciativa da reforma refletisse uma visão do que se espera do futuro. A reforma incluindo pesquisa e tecnologia trouxe para as escolas, para os professores muitos desafios. Um deles é a percepção dos professores quanto as transformações tecnológicas pelas quais o mundo do conhecimento e do trabalho passam. Outro desafio é a aprendizagem destes professores no que se refere ao uso da pesquisa e da tecnologia em sala de aula.

Esta questão, apresentada em alguns dos artigos deste volume, requer dos professores uma postura diferente em sala de aula se desejam que os alunos efetivamente aprendam, pois será necessário utilizar outras formas de ensinar e se comunicar com os educandos que se utilizam diariamente de ferramentas tecnológicas.

Além da postura do professor, as escolas precisam rever seus currículos, suas formas de avaliação, bem como de acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem.

O engajamento dos alunos em atividades que envolvem o uso de tecnologias é uma oportunidade ímpar dos mesmos obterem sucesso em suas vidas profissionais, que propicia novas formas de aprendizado e desenvolvimento cognitivo.

Outra abordagem dos artigos presentes neste volume, diz respeito ao relato de pesquisas que abordam temas diversos, que ao chegar ao conhecimento de pesquisadores, eleva o nível de aprendizagem dos mesmos sobre assuntos atuais, que estão em discussão na formação de professores, na mídia e presentes nas instituições de ensino.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ESCOLA DE HACKERS: PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Fernanda Batistela</i>	
<i>Adriano Canabarro Teixeira</i>	
<i>Neuza Terezinha Oro</i>	
<i>João Alberto Ramos Martins</i>	
<i>Ariane Mileidi Pazinato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819121	
CAPÍTULO 2	12
A INSERÇÃO DE DESCRITORES DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO NA CLASSIFICAÇÃO DE RECURSOS EDUCATIVOS DIGITAIS DE UM REPOSITÓRIO	
<i>Clésia Jordânia Nunes da Costa</i>	
<i>Elvis Medeiros de Melo</i>	
<i>Dennys Leite Maia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819122	
CAPÍTULO 3	26
A QUEBRA DE PARADIGMAS NA PESQUISA ESCOLAR E CIENTÍFICA: A WIKIPÉDIA COMO FONTE DE AUTORIDADE	
<i>Renata de Oliveira Sbrogio</i>	
<i>Vania Cristina Pires Nogueira Valente</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819123	
CAPÍTULO 4	42
ANÁLISE DO BENEFÍCIO DA UTILIZAÇÃO DO APLICATIVO GOCONQR EM DISCIPLINA DE ENSINO SUPERIOR EAD	
<i>Camilo Gustavo Araújo Alves</i>	
<i>Emannuelle de Araújo Silva Duarte</i>	
<i>Jizabely de Araujo Atanasio</i>	
<i>Sanielle Katarine Rolim de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819124	
CAPÍTULO 5	51
APRENDIZAGEM COLABORATIVA: DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE APRENDIZAGEM EM AMBIENTES DIGITAIS	
<i>Patrícia Fernanda da Silva</i>	
<i>Crediné Silva de Menezes</i>	
<i>Léa da Cruz Fagundes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819125	
CAPÍTULO 6	61
AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE MELHORIAS DA EDUCAÇÃO	
<i>Vera Adriana Huang Azevedo Hypólito</i>	
<i>Katia Maria Roberto de Oliveira Kodama</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819126	
CAPÍTULO 7	70
CIDADANIA ONLINE: AÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL	
<i>Nadja da Nóbrega Rodrigues,</i>	
<i>Mércia Rejane Rangel Batista</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819127	

CAPÍTULO 8	85
CONCEPÇÕES DOS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR	
<i>Leonor Paniago Rocha</i>	
<i>Fernanda Cristina de Brito</i>	
<i>Vanderlei Balbino da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819128	
CAPÍTULO 9	94
DA INTERNET À SALA DE AULA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A APROXIMAÇÃO ENTRE O ENSINO DE HISTÓRIA E O CONTEÚDO DAS REDES SOCIAIS	
<i>Fabiana Alves Dantas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819129	
CAPÍTULO 10	104
DESENVOLVIMENTO DE UM JOGO EDUCACIONAL PARA KINECT FOR WINDOWS	
<i>Luis Fernando Soares</i>	
<i>Stênio Nunes Alves</i>	
<i>Rafael Cesar Russo Chagas</i>	
<i>Eduardo Henrique de Matos Lima</i>	
<i>Heitor Antônio Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191210	
CAPÍTULO 11	110
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: REFLEXÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE DOS PROFESSORES DOS INSTITUTOS FEDERAIS	
<i>Denise Lima de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191211	
CAPÍTULO 12	131
ENSINO SUPERIOR: INOVAÇÃO E MUDANÇA NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA ENSINO NA MODALIDADE VIRTUAL	
<i>Katia Cristian Puente Muniz</i>	
<i>Luzia Cristina Nogueira de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191212	
CAPÍTULO 13	137
ESTILOS DE APRENDIZAGEM EM CURSOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
<i>Margarete Bertolo Boccia</i>	
<i>Antônio Aparecido Batista</i>	
<i>Irismar Rodrigues Coelho Paschoal</i>	
<i>Andreza Gessi Trova</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191213	
CAPÍTULO 14	148
FACEBOOK NA PRÁTICA DOCENTE: APRENDIZAGEM COLABORATIVA E CONECTIVISMO PEDAGÓGICO EM FOCO	
<i>Adriana Alves Novais Souza</i>	
<i>Henrique Nou Schneider</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191214	

CAPÍTULO 15 160

IDENTIFICANDO A PERSONALIDADE DE TECNOLANDOS EM INFORMÁTICA VIA FERRAMENTA FIVE LABS

Janderson Jason Barbosa Aguiar
Xênia Sheila Barbosa Aguiar Queiroz
Marta Miriam Lopes Costa
Joseana Macêdo Fechine Régis de Araújo
Evandro de Barros Costa

DOI 10.22533/at.ed.05618191215

CAPÍTULO 16 174

INOVAÇÃO EM PROJETOS DE SOFTWARE APLICADA A SOLUÇÕES EDUCACIONAIS

Ricardo André Cavalcante de Souza

DOI 10.22533/at.ed.05618191216

CAPÍTULO 17 186

INTEGRANDO CONHECIMENTOS AMBIENTAIS E ESTATÍSTICOS NA FORMAÇÃO DE ENGENHEIROS POR MEIO DE PROJETOS DE MODELAGEM

Dilson Henrique Ramos Evangelista
Maria Lúcia Lorenzetti Wodewotzki
Cristiane Johann Evangelista

DOI 10.22533/at.ed.05618191217

CAPÍTULO 18 194

O ENSINO DA MATEMÁTICA COM O AUXÍLIO DAS TECNOLOGIAS EM ATIVIDADES DO PIBID

Mariele Josiane Fuchs
Karina Schiavo Seide
Maiara Mentges

DOI 10.22533/at.ed.05618191218

CAPÍTULO 19 204

O ENSINO DE LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA ATRAVÉS DA ROBÓTICA EDUCACIONAL: PRÁTICAS E A INTERDISCIPLINARIDADE

Thaise de Amorim Costa
Fábio Cristiano Souza Oliveira
Patrícia da Rocha Moreira
Danielle Juliana Silva Martins

DOI 10.22533/at.ed.05618191219

CAPÍTULO 20 213

O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Mariangela Kraemer Lenz Ziede
Ezequiel Theodoro da Silva
Ludimar Pegoraro

DOI 10.22533/at.ed.05618191220

CAPÍTULO 21 222

OLIMPIADA DE PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES PARA ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ariane Mileidi Pazinato
Neuza Terezinha Oro
Vanessa Dilda

DOI 10.22533/at.ed.05618191221

CAPÍTULO 22	234
PENSAMENTO COMPUTACIONAL: UMA PROPOSTA DE ENSINO COM ESTRATÉGIAS DIVERSIFICADAS PARA CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Fernanda de Melo Reis</i>	
<i>Fábio Cristiano Souza Oliveira</i>	
<i>Danielle Juliana da Silva Martins</i>	
<i>Patrícia da Rocha Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191222	
CAPÍTULO 23	245
REGIMES DE VERDADE E ESCALA COMUM DE VALORES DE ESTUDANTES NUM AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	
<i>Patrícia Mussi Escobar Iriondo Otero</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191223	
CAPÍTULO 24	256
RELAÇÃO DO DESEMPENHO ORTOGRÁFICO DE ESCOLARES COM DISLEXIA DO DESENVOLVIMENTO	
<i>Thaís Contiero Chiaramonte</i>	
<i>Marília Piazzini Seno</i>	
<i>Simone Aparecida Capellini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191224	
CAPÍTULO 25	263
SEXUALIDADE, GÊNERO E EDUCAÇÃO NA REVISTA PRESENÇA PEDAGÓGICA	
<i>Márcia Santos Anjo Reis</i>	
<i>Michelle Barbosa de Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191225	
CAPÍTULO 26	278
O INTERCÂMBIO DE SABERES ENTRE INTELLECTUAIS E POVO, UMA LEITURA GRAMSCIANA NA REB	
<i>Egberto Pereira dos Reis</i>	
<i>José Carlos Rothen</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191226	
CAPÍTULO 27	288
TICS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA UTILIZANDO A EDUCOPÉDIA NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL MARIO PENNA DA ROCHA SME/RJ.	
<i>Renata Bernardo Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191227	
SOBRE A ORGANIZADORA	299

O INTERCÂMBIO DE SABERES ENTRE INTELLECTUAIS E POVO, UMA LEITURA GRAMSCIANA NA REB

Egberto Pereira dos Reis

Centro Universitário da Fundação Educacional.
Guaxupé, MG, Brasil

Fundação Universitária Vida Cristã, Mococa, SP,
Brasil

José Carlos Rothen

Universidade Federal de São Carlos.
Departamento de Educação São Carlos, SP,
Brasil

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo pesquisar na Revista Eclesiástica Brasileira REB, no recorte de 1980 a 1986, a atuação de um grupo de intelectuais e como estes se articulam fundamentados em um ideário libertado e como estabelecem uma proposta educativa junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Levantou-se a hipótese de que o periódico pode ser uma fonte de compreensão e meio difusor da reforma intelectual e moral e também instrumento de busca pela hegemonia. Desta forma, constatou-se que no periódico emerge o chamado princípio educativo de Gramsci, que neste trabalho o visualizamos como intercâmbio educativo entre povo e intelectuais orgânicos.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais; Saberes; Educação.

ABSTRACT: The present work aims to research

in the Brazilian Ecclesiastical Magazine REB, in the section from 1980 to 1986, the performance of a group of intellectuals, how they are articulated based on a liberated ideology and how they establish an educational proposal to the Ecclesial Communities of Base (CEBs). The hypothesis was raised that the journal can be a source of understanding and diffusing means of intellectual and moral reform and also instrument of search for hegemony. In this way, it was verified that in the periodical the educative principle of Gramsci emerges, that in this work we visualize it like educational interchange between people and organic intellectuals.

KEYWORDS: Intellectuals; Knowledge; Education.

1 | INTRODUÇÃO

Entre os de 1980 a 1986, segundo (REIS, 2104) e (LÖWY, 2000), ocorreu um típico movimento, próprio da América latina, em que intelectuais orgânicos, em conjunto com o povo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na forma intercambiável de saberes, provocaram desconforto em muitos setores da sociedade civil e eclesial. O povo aqui referido é aquele pensado por Gramsci que se utiliza do bom senso que “é outro tipo de concepção de

mundo que superou o senso comum, elaborada de forma crítica e consciente, ainda que dentro de limites objetivos restritos, e que participa ativamente e conscientemente na “produção da história do mundo” (BAPTISTA, 2000, p. 188).

Buscaram um projeto ousado, em que se faz teologia e educação a partir de realidades subalternas e fundamentadas num referencial, por vezes, marxista, mas sempre evocando a tradição cristã, com impulsos do pensamento europeu. A Teologia da Libertação provocou suspeita e preocupação, por se tratar de uma proposta da reforma intelectual e moral, semelhante ao pensamento de Antonio Gramsci. Dessa forma, constata-se que o princípio educativo gramsciano desponta na REB como educação popular e política nas CEBS. O intercâmbio de saberes entre intelectuais e povo torna-se elemento fundamental, para a consistência na atuação política, pelos integrantes das comunidades eclesiais de base. Observa-se ainda que a opção pelos pobres tornou-se a opção fundamental para restabelecer a essência do cristianismo. Esse desejo do grupo da REB tornou-se tão perigoso e subversivo que observamos, em suas páginas, os conflitos, as guerras de posição de frente à hierarquia católica no que tange, sobretudo, às questões de poder. Aplicaram sentenças aos intelectuais da REB, que explicitaram a realidade eclesial e propuseram mudanças profundas numa instituição atrelada ao poder capitalista, com a intenção de manutenção e propagação de seu poder e prestígio.

2 | OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho é compreender a atuação de atores sociais na década de oitenta, onde se estabeleceu o intercâmbio de saberes, na construção mútua do princípio educativo à luz de Gramsci, que teve grande relevância político e social no cenário nacional. Para tanto, estabeleceu-se uma relação educativa entre o povo das CEBS e os intelectuais, isto é, o princípio educativo elaborado por Antonio Gramsci. Assim, a experiência educando/educador foi necessária para o intercâmbio de saberes, pois o intelectual aprende com o povo, estabelecendo a reciprocidade educativa. A identificação desses atores contribuiu para analisarmos quais disputas realizaram e se, de fato, aconteceu a troca de saberes, produzindo, desta forma, o princípio educativo. As consequências dessas disputas foram a presença de uma teologia que se tornou referência enquanto produção intelectual e, sobretudo, identificou-se com o povo das CEBS, em um movimento dialético do partido, segundo a noção de Gramsci. Os intelectuais da REB, com o povo das comunidades de base, formaram um partido comprometido com questões sociais, na tentativa de mudar a superestrutura.

3 | METODOLOGIA

A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica, referenciada sobretudo na Revista Eclesiástica Brasileira (REB). De acordo com Lakatos (1991, p. 151), “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes, relacionados com o tema”. Com as possibilidades de aceitar o conteúdo produzido ou dialogar criticamente com o que foi escrito, a pesquisa bibliográfica permite muito mais que a simples reprodução do que já foi dito, mas abre novas possibilidades de relações e/ou aplicações, isto é, permite o exame do tema, sob o ângulo de nossa hipótese de trabalho, o que propicia novas conclusões (LAKATOS, 1991, p.183).

É importante a utilização do método crítico de pesquisa, pelo qual nos propomos a identificar as categorias presentes na elaboração epistemológica em questão. Discutiremos o quadro teórico numa tentativa de encontrar temas convergentes e questões recorrentes, permitindo desdobramentos teóricos, nos quais Demo destaca a importância de buscar e fundamentar se existem ou não incoerências e/ou contradições nas argumentações que legitimam a prática social, (DEMO, 1990, p. 116), no caso deste trabalho, na possível afinidade eletiva entre pensamento gramsciano e a Teologia da Libertação.

4 | OS ANOS DE 1980 E 1981: AS CEBS E O INTERCAMBIO DE SABERES

Os anos de 1980 a 1981 tornaram-se períodos de estruturação para aquilo que chamamos campo de atuação, realização e atualização do ideário Teologia da Libertação, isto é, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) puderam vivenciar, na prática, a luta libertadora advindas da elaboração sistemática dos intelectuais da REB. Este mesmo grupo, como vimos, utilizou-se de uma fonte anterior, isto é, o Cristianismo de Libertação¹, um movimento que é mais amplo que a Teologia da Libertação, (ASSMANN; SUNG, p.81, 2010).

Nos editoriais dos referidos anos, podemos detectar que a opção preferencial pelos pobres aconteceu de forma privilegiada nas CEB's. Nesse período, torna-se ainda mais explícito o caráter do grupo de intelectuais que partilham do mesmo ideário. No editorial do periódico de dezembro de 1980, vemos claramente o estreitar de interesses comuns.

A fim de demonstrar uma maior articulação entre povo e intelectuais, no mês de junho do mesmo ano, o editorial da revista, assinala que Clodovis Boff, visa a “uma reflexão muito pertinente, nascida de sua própria prática de teólogo e de animador de comunidades eclesiais, acentua, de modo particular, o polo que vai do povo ao agente

1 O Termo “cristianismo de libertação” será utilizado por Michael Löwy, como um movimento anterior à Teologia da Libertação, eram movimentos sociais, pastorais, que na década de 60, que possuem um caráter social.

de pastoral. O povo tem muito a ensinar” (EDITORIAL, 1980a, p. 03).

Na referida revista, encontramos, segundo Clodovis Boff (1980b), elementos sobre o fato de que o povo, em geral, favorece o intelectual/agente a ter uma visão mais crítica da sua realidade, e o povo, simultaneamente, a adquirir essa mesma consciência, e assim estabelece uma troca de saberes que favorece a construção de uma reforma intelectual e cultural. Por isso, compreende-se que o conhecimento se dá como um intercâmbio de saberes que se constroem de forma mútua, em que tanto o intelectual/agente quanto o povo têm que oferecer, na sua vivência cotidiana, pois contribui com seus saberes na formulação da consciência crítica.

De acordo com Clodovis Boff (1980b), o que o povo tem a oferecer é não só a força econômica, isto é, a força de trabalho, mas também a força política. Dessa forma, a contribuição do saber não se encontra num nível intelectual e abstrato, mas em uma vivência concreta. A práxis no cotidiano faz com que o povo enquanto maioria se reinvente e crie suas próprias formas de luta. O intelectual/agente nem sempre é “capaz” de captar essa sabedoria, que é expressa em ditados populares e expressões em “prosas”, contadas em conversas do cotidiano. O saber do povo se expressa na realidade da vida e, por vezes, verbalizada, mas não de uma forma sistematizada, mas que não deve ser ignorada, por ser o lugar privilegiado de se conquistarem mudanças substanciais na sociedade. O saber do povo é o saber da prática, o fazer, o sentir e realizar mudanças.

Clodovis Boff (1980b) descreve três níveis de saber que manifestam a contribuição do povo ao intelectual/agente. O primeiro nível é o filosófico: situado na realidade, longe de um mundo das ideias, cercado de idealização, como oferece o mundo capitalista, em que o povo está situado no grau zero da existência, onde se inicia a filosofia para buscar a verdade da própria realidade. Como vimos anteriormente, aqui se pode entender de forma ainda que aproximativa a superação ingênua do saber, para alçar ao bom senso, a fim de que se tenha uma concepção de mundo como afirmou Gramsci (2011a, p. 118).

O segundo nível é o ético: o seu “humanismo originário”, a bondade, o acolhimento e a solidariedade que permeiam a vida do povo. Não se trata de atitude meramente passiva, como sujeição à classe dominante, mas é uma forma de buscar a sua própria consciência crítica, que implica necessariamente a presença de outrem. O terceiro nível é o religioso. Vale ressaltar que se trata de forma específica das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em que o olhar histórico da fé, em que Deus age na história, busca um nível de compreensão de sua realidade, criada pela divisão de classes, que o domina e o oprime.

De acordo com Semeraro (2006), em Gramsci, detectamos elementos em que o intelectual orgânico não só ensina, mas também recebe conteúdos do povo das classes subalternas. É necessário salientar que o espaço, em que o intelectual/ agente atua como ator social, incide sobre ele, isto é, o ambiente que este intelectual/ agente quer transformar o influencia. Assim, ele age de forma ativa e passiva

simultaneamente, recria o seu saber, ensina e apreende. A este movimento, numa linguagem propriamente filosófica a denominamos reflexão crítica, em que o sujeito dá volta em torno do próprio objeto. Porém, esta aceitação de receber e se educar pelo povo só é consentida pelo intelectual orgânico, isto por perceber “a osmose profunda dos intelectuais com as camadas populares” (SEMERARO, 2006, p. 379). Não é possível dissociar o intelectual/agente, do povo, das massas, só é possível transformar uma realidade ao conhecê-la de fato e não ao fazer abstrações, sem antes conhecer o próprio meio.

O intercambio de saberes é importante, uma vez que desperta no povo a autonomia, a mentalidade de classe, o saber da própria cultura, e ainda mais, este mesmo povo contribui para a formação progressiva do próprio intelectual/agente. Na REB, torna-se claro quando que:

Isso significa que a grande lição que o povo pode dar aos intelectuais não tem nada a ver com mensagens, mas é a lição da transformação de sua posição social (de sua imagem e de sua prática) no processo de mudança global. O povo ensina mais que aos intelectuais por suas ações e mesmo ameaças, ou então por sua solidariedade concreta, do que por qualquer outra coisa. Colocar a questão do aporte do povo em outro terreno é falsear toda a discussão. Colocá-la no terreno da teoria é colocá-la no terreno favorável ao intelectual. Tal é a tentação deste. E ele tende a isso e ele cai nisso, porque é ele que levanta essa questão, é ele que está preocupado com isso e não o povo (BOFF, C, 1980b, p. 229).

De fato, a questão do povo não se encontra na ordem teorética, das elaborações e abstrações acadêmicas e projeções abstratas que camuflam a verdadeira realidade social. O povo encontra-se no fazer, realizar e superar, em outro significado na práxis da vida. O povo ensina no ser/fazer, pois este transmite o que é e faz. Quem se preocupa com teorias é o intelectual tradicional. Já o intelectual/agente/orgânico é o que apreende com o ser/fazer do povo. Clodovis Boff sugere que esta é uma forma de desalienação do próprio intelectual, que, na sua prepotência e idealismos abstratos, pensa estar ligado à práxis, mas, de fato, desconhece o saber do povo.

Foi o racionalismo – em base à divisão do trabalho de corte capitalista – que armou artificialmente e cultivou a divisão e oposição entre conhecimento comum e conhecimento racional, crítico ou científico. E é a sua ditadura que ainda falseia essa relação. Em reação a ele, a fenomenologia cansou de mostrar que a experiência vivida do mundo é o húmus originário de todo o saber científico. Tal vista já se encontra em Aristóteles, para o qual a verdade principiava a “áisthesis”, ou na sensação, sendo que só com base nela é que se poderia chegar até ao conceito (BOFF, C, 1980b, p. 236-237).

O intelectual, por tantas vezes, compreende que o povo vive somente no nível do senso comum, a nutrir ignorância, com postura de passividade diante dos fatos da vida. Esta não verdade aceita pelos intelectuais tradicionais é demonstrável, na resistência popular, seja por manifestações, protestos, perturbação da ordem pública, seja na criatividade cotidiana capaz de superar as mazelas da vida. Esta resistência à classe dominante compreende um ato de poder, mas, sobretudo do poder do povo.

Porém, a burguesia e os intelectuais tradicionais entendem que o povo vive na pobreza devido à preguiça, à vida ociosa e não faz uso de um processo cognitivo capaz de se livrar da própria realidade. Esta visão preconceituosa própria da classe dominante ignora a realidade sofrível em que vive o povo. Esta vida preguiçosa, segundo a classe dominante, estende a não capacidade de elaborar de forma sistemática a própria realidade. Na verdade, o povo conhece quem o oprime, de quem deve se libertar e elabora uma reforma intelectual e moral que se estende à vida econômica.

O espírito criativo (SEMERARO, 2006), próprio do povo, que nas suas experiências vivenciadas possui uma visão de mundo, faz uma leitura da própria realidade. É neste sentido que podemos compreender Gramsci, quando ele diz que todos são intelectuais, de uma forma ou de outra, a intelectualidade possui o caráter de coletividade. É neste momento que se deve “reconhecer a relação de reciprocidade entre os sujeitos que aprendem e ensinam ao mesmo tempo” (SEMERARO, 2006, p. 379).

Essa visão totalmente inovadora e revolucionária rompe com a concepção do intelectual “superior” e separado, como o filósofo “detentor da verdade” e guia da pólis que se formou a partir da tradição platônica do filósofo-rei. As ideias de Gramsci passam a fundamentar a formação dos novos intelectuais na práxis hegemônica dos subalternos, cujas lutas teóricas e práticas buscam criar uma outra filosofia e uma outra política capazes de promover a superação do poder como dominação e construir efetivos projetos de democracia popular. (SEMERARO, 2006, p. 308).

A educação informal pensada por Gramsci supera a da escola, mas isto não quer dizer que ele não desse a devida importância para a educação escolar. Aliás, Gramsci trata a respeito da escola unitária que superasse a cisão entre o conhecimento/ensino técnico-científico do conhecimento/saber humanístico. Esta superação levaria ao desenvolvimento, não somente especializado, mas ampliaria seus horizontes e levaria o povo (operário) a libertar-se das amarras e do jugo da classe dominante.

É importante salientar que se estabelece uma troca de saberes, não uma hierarquia ou subjugamento, e afirmar que não existe uma forma de conhecimento superior. O que existem são diferenças de saberes que podem contribuir para a formação da consciência crítica. O povo não reflete de modo sistematizado, igual ao intelectual, mas o faz à sua maneira. Compreendem os grandes problemas da vida, como a política, a economia, relações humanas, a morte, dentre outros. Porém, possui a realidade da vida, como forma de captar e fazer uma leitura e, tantas vezes, releituras da própria realidade.

Encontramos, nas páginas da revista, suas apreciações, dentro de um espírito crítico que ajuda a caminhada e, ao mesmo tempo, profundo engajamento pela causa da libertação integral que ocorre nas CEBs. Além da ciência, existe, nos analistas, fé e compromisso pessoal com esta Igreja que nasce da fé do povo oprimido. **Não existe quase nos membros das comunidades eclesiais de base alergia ao conhecimento teórico.** Ao contrário, nota-se grande fome de saber como exigência dos desafios e das práticas. Por isso estimam sobremaneira aqueles intelectuais que entram em sua caminhada. **O aprendizado mútuo é extremamente frutuoso,** como se pode constatar no teor destes estudos. (EDITORIAL, 1981d, p. 641) (*Grifo*)

nosso).

O intercâmbio de saberes ocorre dentro das comunidades de base, por iniciativa do próprio povo que começa a tomar gosto por um conhecimento sistematizado. Aqui entendemos que o cristianismo de libertação acontece continuamente, de forma dialética, isto é, a elaboração e a troca de saberes sempre retornam à base, que se reinventa e oferece algo de novo, para ser reelaborado de forma conjunta com os intelectuais orgânicos (LÖWY, 2000). No entanto, vale ressaltar que este mesmo povo tem muito a oferecer aos intelectuais da REB. Assim, compreendemos que a prática exercida pelo povo, em busca da libertação integral, faz-se com um conhecimento prévio, não só adquirido de forma passiva, mas também construído conjuntamente, povo e intelectuais.

Este intercâmbio de saberes com a libertação leva inevitavelmente à Educação Popular, que, num nível eclesiástico, trata-se na prática da relação entre fé e política. A Igreja que nasce das bases, que se organizam para buscar melhores condições de vida, por vezes, pensa em mudanças do sistema e até mesmo em revolução do operariado, permanente como foi sistematizado por Gramsci, se dá através da autoeducação, para a emancipação política (DEL ROIO, 2006).

A partir de 1964, com o golpe militar, as CEBs passaram a ter uma importância que até então elas não tinham. Isto porque, como quase todos os movimentos populares foram praticamente reprimidos pelo governo, o único espaço que sobrou para as camadas populares se organizarem foi o espaço das CEBs. O poder militar no Brasil se sentiu no direito de interferir em todas as instituições do país - a ponto de nomear um oficial da Aeronáutica para ser reitor da Universidade de Brasília, ou um major para ser diretor de empresa. O que não dava era nomear um general para ser arcebispo de São Paulo! Então, praticamente, a Igreja ficou como único espaço em que as classes populares podiam se reorganizar à sombra de um trabalho pastoral. Isso provocou uma explosão das CEBs no Brasil (BETTO, 1985, p. 28).

As CEBs, como conhecemos hoje, surgiram como uma opção democrática dentro de um sistema opressor e interventor, que procurava silenciar qualquer manifestação e reivindicação, ainda mais, se parecesse ou se os órgãos do governo suspeitasse de “influência” comunista. As CEBs aparecem como uma alternativa de resistência e de organização frente ao regime militar. O governo havia praticamente silenciado os movimentos de esquerda; dessa forma, um movimento de caráter religioso, preocupado com interesses especificamente eclesiais, aparentemente sem importância social, tornar-se-á lugar de fomentação de movimentos populares.

Essas comunidades, através do trabalho de educação popular, começaram a servir de sementeira para os movimentos populares. Das comunidades que se encontravam para rezar, para nutrir e cultivar a sua fé, surgem movimentos populares, como movimentos por creches, água, luz, defesa da terra (zona rural), custo de vida etc., que vão se formar além das fronteiras da Igreja. Aqui não participa só quem é cristão. Participa quem é o povo interessado em suas reivindicações (BETTO, 1985, p. 28).

A Educação Popular tornou-se uma das características das CEBs, pois além de se alastrarem, alcançaram um patamar de atuação que o elemento educacional encontrava-se solidamente no interior destas comunidades. Assim, como Gramsci entendia que os trabalhadores da fábrica podiam geri-la (NOSELLA, 1992), assim também os membros da CEBs tornam-se capazes em reivindicar e se movimentarem por melhores condições de vida através da atuação política.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda que de forma sutil, a educação nas CEBs, tem uma particularidade que é sustentada por Frei Betto (1985) e por Luis Eduardo W. Wanderley (1981d) em um artigo publicado na REB, com o título: *Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Educação Popular*. Neste artigo, o autor faz uma importante distinção: a educação popular possui maior coerência, quando produzida *pelas* classes populares; diferentemente daquelas que são produzidas *para* as classes sociais. Ao referir-se a educação que emerge *das* e *pelas* classes populares (WANDERLEY, 1981d), sugere que seus próprios agentes produzem seu conteúdo. Diferentemente da educação imposta por agentes externos, de forma tradicional, que represente interesses de uma classe autoritária e elitista. O autor salienta também a existência de “uma educação conjunta com membros das classes populares, através de meios e instrumentos mais democráticos, procurando maior igualdade na relação educador-educando” (WANDERLEY, 1981d, p. 688). Evidentemente, esta distinção na educação “feita” *pela* ou *para* as classes populares, evidencia interesses de classes, que são acordados.

Os aspectos pedagógicos saltam aos olhos, por alcançar, ainda que de forma aproximativa, o que Gramsci chama de bom senso, ou seja, a superação do senso comum, que é a filosofia primitiva, que se vive, em diversos meios culturais. Aliás, o próprio Gramsci constatava e denunciava que a Igreja de seu tempo mantinha a filosofia dos subalternos no senso comum, isto é, numa filosofia primitiva. O bom senso de fato é o que as CEBs realizam, obtendo uma nova concepção de mundo, conhecendo a própria realidade, os mecanismos causadores de pobreza e opressão.

O “bom senso” é outro tipo de concepção do mundo que superou o senso comum, elaborada de forma crítica e consciente, ainda que dentro de limites objetivos restritos, e que participa ativamente e conscientemente na “produção da história do mundo”. Vale salientar que, mesmo os indivíduos não atingindo o bom senso, eles participam da história. Entretanto, é somente através da formação de uma concepção do mundo, crítica e consciente, que o sujeito compreende a sua posição no grupo social e se compreende enquanto protagonista na produção da história. A formação dessa concepção estaria ligada ao trabalho, à vida e à ciência. Daí o papel fundamental que a educação (em sentido amplo e incluindo a escola) desempenha nessa formação. A elevação política de um grupo social implica, segundo Gramsci (1995, p. 14; 36), trabalhar na construção de uma nova filosofia, ou seja, definir sua própria filosofia e combater o senso comum, visando à formação de uma nova concepção do mundo, mais unitária e autônoma, em todos os aspectos da existência. Um trabalho filosófico que deve ser concebido como

As concepções de mundo elaboradas pelo povo das CEBs ajudam a compreender os mecanismos econômicos e políticos de exploração causadores de pobreza. Para isso desenvolveu-se, no interior das CEBs, uma pedagogia popular para que seus membros “desvendem as contradições e alienações do senso comum, alcancem níveis crescentes de formação, e incorporem criticamente elementos da filosofia da práxis” (WANDERLEY, 1981d, p. 700). Para este desenvolvimento, as CEBs adotaram o conhecido método VER - JULGAR - AGIR. Basicamente o método compreende no VER o estudo da realidade concreta e circundante, seus meios e suas “teias” de relações, o JULGAR, deve ser feito à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja e das reflexões teológicas, e aos poucos adentrou outros elementos oriundos de diversas ciências, ainda que de forma elementar. E o AGIR que trata da aplicação que é o “fruto direto do modo como se processavam os dois momentos anteriores (WANDERLEY, 1981d, p. 691). Desta pedagogia popular emergem técnicas e processos pedagógicos que auxiliam na elaboração de uma nova concepção de mundo e na busca da reforma moral e intelectual da sociedade.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta conexão entre fé e vida, e da pedagogia popular emergem de forma significativa práticas políticas e sociais libertadoras a partir da reflexão bíblica; os cultos não se restringem somente a ritos sacramentais, mas celebram de fato uma nova concepção de mundo. Dentro dessas práticas libertadoras destacamos algumas:

- A confrontação da vida concreta com a Palavra de Deus, isto é, a ação na vida social e política são pautadas e iluminadas a partir da mensagem evangélica;
- O despertar das comunidades para questões e problemas sociais reais;
- O desenvolvimento da consciência e reivindicação de direitos dentro da sociedade;
- Capacidade de organizar e mobilizar grupos como: mutirão, grupos de mãe, amigos de bairro, os sindicatos, movimentos populares e partidos políticos;
- A importância do desenvolvimento da consciência crítica e da consciência de si mesmo, dos integrantes das comunidades como pessoa humana, gente e cidadão;

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, H.; SUNG, J. M. *Deus em nós: o reinado que acontece no amor solidário aos pobres*. São Paulo, Paulus. 2010.
- BAPTISTA, M. G. A. Práxis e educação em Gramsci. © Filosofia e Educação (Online), ISSN 1984-9605 – *Revista Digital do Paideia*. Volume 2, Número 1, Abril-Setembro de 2010.
- BOFF, C. A Igreja, o Poder e o Povo. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 40, nº 157. p. 11 - 47. Março de 1980a.
- BOFF, C. Agente de Pastoral e Povo. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 40, nº 158. p. 216 - 242. Junho de 1980b
- BOFF, C. CEBs e práticas de Libertação. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 40, nº 160. p. 595 - 625. Dezembro de 1980d.
- DEL ROIO, M. *Gramsci e a Educação do Educador*. Cad. Cedes, Campinas, Vol. 26, n. 70, p. 311-328, set/dez. 2006.
- EDITORIAL. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 40, nº 157. p. 3. Março de 1980a.
- EDITORIAL. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 41, nº 164. p. 641. Dezembro de 1981d.
- Frei Betto. Comunidades Eclesiais de Base e Educação Popular. In: FLEURI, Reinaldo Matias. *Movimento Popular, Política e Religião*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- GRAMSCI, A. *Lettere dal Carcere*. Turim: Einaudi Editore, 1949
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. Vol 1.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. Vol 2.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c. Vol 3.
- _____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LAKATOS, E. *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 1991.
- LIBÂNIO, J. B. Igreja: Povo oprimido que se organiza para a libertação. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 41, nº 162. p. 279 - 311. Junho de 1981b.
- LÖWY, M. *A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- REIS, E. P. *Os Intelectuais da Libertação e o Intercâmbio Educativo: uma Leitura Gramsciana da Revista Eclesiástica Brasileira (1972 - 1986)*. F. 245. Tese (Doutorado em Educação); Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- SADER, E. (Org.) *Gramsci: Poder, Política e Partido*, São Paulo: Expressão Popular, 2005
- SEMERARO, G. *Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.
- WANDERLEY, L. E. W. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Educação Popular. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 41, nº 164. p. 686 - 707. Dezembro de 1981d.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-005-6

